

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFSP – UMA ANÁLISE DO TRANCAMENTO E CANCELAMENTO DE MATRÍCULAS POR INTERMÉDIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO CÂMPUS SÃO ROQUE

MIRIAN APARECIDA DE OLIVEIRA BARDUCCO¹, LARISSA FREITAS DOS SANTOS²,
MOACIR SILVA DE CASTRO³

¹ Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista, IFSP, Campus São Roque, barducco.mirian@aluno.ifsp.edu.br

² Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas, Bolsista, IFSP, Campus São Roque, freitas.larissa@aluno.ifsp.edu.br

³ Orientador Licenciatura em Ciências Biológicas, IFSP, Campus São Roque, moacir.castro@ifsp.edu.br

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 2.01.00.00-0 Sistemas de Informação

RESUMO: Este projeto investiga as principais razões para desistências de estudantes ingressantes por ações afirmativas no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFSP Campus São Roque. A motivação surgiu da necessidade de compreender por que, mesmo com ingresso facilitado, muitos alunos não concluíram o curso, refletindo desigualdades estruturais e os impactos da pandemia no Ensino à Distância. Entre março e maio, analisamos 264 prontuários de estudantes de 2020 a 2023, destacando 72 cancelamentos de beneficiários de ações afirmativas. Em 2020, 25 de 47 evadiram (14 de ações afirmativas); em 2021, 61 de 84 (37 de ações afirmativas); em 2022, 27 de 45 (9 de ações afirmativas); e em 2023, 30 de 88 (12 de ações afirmativas). Foi aplicado um questionário semiestruturado ao público-alvo, indicando que estudantes de ações afirmativas enfrentaram dificuldades com transporte, demandas financeiras e familiares, acesso a auxílios e falta de apoio psicopedagógico. Os resultados podem auxiliar o IFSP e outras instituições a elaborarem estratégias mais eficazes de permanência estudantil.

PALAVRAS-CHAVE licenciatura; permanência e êxito; desigualdade; pandemia.

STUDENT RETENTION AND SUCCESS IN UNDERGRADUATE COURSES AT IFSP – AN ANALYSIS OF ENROLLMENT SUSPENSION AND CANCELLATION THROUGH AFFIRMATIVE ACTIONS IN THE UNDERGRADUATE COURSE IN BIOLOGICAL SCIENCES AT THE SÃO ROQUE CAMPUS

ABSTRACT: This project investigates the main reasons for dropouts among affirmative action students entering the Biological Sciences Bachelor's Program at IFSP São Roque Campus. The motivation arose from the need to understand why, even with easier admission, many students did not complete the course, reflecting structural inequalities and the impacts of the pandemic on distance learning. Between March and May, we analyzed 264 student records from 2020 to 2023, highlighting 72 cancellations by affirmative action beneficiaries. In 2020, 25 of 47 students dropped out (14 affirmative action students); in 2021, 61 of 84 (37 affirmative action students); in 2022, 27 of 45 (9 affirmative action students); and in 2023, 30 of 88 (12 affirmative action students). A semi-structured questionnaire was administered to the target audience, indicating that affirmative action students faced difficulties with transportation, financial and family demands, access to aid, and lack of psychopedagogical support. The results can help IFSP and other institutions develop more effective student retention strategies.

KEYWORDS: bachelor's degree; permanence and success; inequality; pandemic.

INTRODUÇÃO

Esta é uma exposição sintetizada com relação ao início discente em projetos de Iniciação Científica. Nosso projeto tem o objetivo qualitativo de trazer à discussão razões pelas quais ingressantes de ações afirmativas acabam desistindo dos cursos de licenciatura em ciências biológicas. Para tratarmos do assunto, trouxemos além de relatos pessoais, uma base de leitura objetificadas para entendermos as primeiras fases da educação em seu âmago, com uma linha voltada para leitura de artigos e livros que colocassem a educação no Brasil em sua face desvelada, citando aqui Saviani (1998), observamos como o autor trabalha o contexto da educação atrelado ao capitalismo, que explora a necessidade de mão de obra e impulsiona a expansão de sistemas educacionais para diferentes camadas sociais, Ainda neste contexto destacamos trecho da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB (1996) e seus quatro pilares da educação, bem como o Estatuto da Criança e Adolescente ECA (1990) e demais legislações que possam nos embasar para entender educação como condição fundamental para o desenvolvimento integral do indivíduo.

Após buscas com a intenção de entender de onde vem a dívida moral e social que nossa sociedade promoveu a determinados grupos afetados pela escravidão e colonialismo com relação à educação, buscamos alunos com evasão constatada do IFSP Campus São Roque entre os anos de 2020 a 2023, separamos esses alunos entre os tipos de ingresso, enviamos pesquisas para os e-mails disponíveis em seus prontuários que foram direcionadas especificamente aos motivos de desistência. Como resultados, tivemos o que em suma já desconfiávamos, que os impactos sociais individuais interferem grandemente no desenvolvimento acadêmico desses alunos que são a maioria mulheres de escola pública. Foi possível retirar alguns dados ao observar as respostas, um somatório de cerca de 26,7% afirmou que trancaram o curso por responsabilidades familiares, cerca de 32,3% trancaram por problemas com transporte/alimentação; um total de 33,3% afirma que necessitavam de maior acompanhamento psicológico.

MATERIAL E MÉTODOS

Pesquisa qualitativa, que teve como sujeito principal os discentes beneficiários de ações afirmativas que evadiram do curso Licenciatura em Ciências Biológicas o Instituto Federal de São Roque entre o ano de 2020 a 2023. Inicialmente, a pesquisa foi realizada com levantamento de dados para categorizar os estudantes e identificar o público-alvo da pesquisa.

Elaboramos uma planilha, criada pela bolsista e pela voluntária, a partir dos dados disponibilizados, com informações dos alunos que evadiram entre o ano de 2020 a 2023, tais como: nome, e-mail, tipo de instituição que o aluno frequentou, tipo de ação afirmativa, e ano de cancelamento da matrícula.

Após a identificação do público-alvo, os alunos foram contatados por e-mail, para responder um questionário semiestruturado, elaborado pela bolsista, pela voluntária e pelo orientador, a fim de coletar informações sobre como foi sua jornada acadêmica, dificuldades ao longo da mesma e possíveis motivos para a evasão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados permitiu compreender o perfil dos estudantes, as condições socioeconômicas, as causas associadas à evasão e as formas de ingresso nas turmas analisadas. Os resultados revelam tendências importantes sobre o comportamento dos discentes e os desafios enfrentados no percurso acadêmico.

Observa-se inicialmente que a maioria dos participantes se encontra na faixa etária de 18 a 25 anos (38,7%), seguida pelos estudantes de 26 a 35 anos (32,3%), o que evidencia uma predominância de jovens adultos em fase de consolidação profissional e pessoal. A presença de alunos com menos de 18 anos (9,7%) e de 36 a 45 anos (19,4%). Esse fator, maior desistência entre o grupo jovem, pode ser explicado e associado, segundo Bauman (2001), à modernidade líquida, onde há uma fluidez estrutural e mudança constante, de forma a determinar uma maior flexibilização na estrutura, organização e nas relações da sociedade.

Em relação ao gênero, verifica-se maior participação feminina (58,1%) em comparação ao público masculino (41,9%), refletindo um padrão já identificado em diversas áreas acadêmicas, nas quais as mulheres têm apresentado crescimento significativo de inserção no ensino superior. Segundo

Zago (2006) isso reflete um padrão já identificado em diversas áreas acadêmicas, nas quais as mulheres têm apresentado crescimento significativo de inserção no ensino superior (ZAGO, 2006).

Quanto à cor ou raça, a maioria dos discentes se autodeclarou branca (51,6%), seguida por pardos (32,3%) e negros (9,7%), enquanto amarelos (3,2%) e indígenas (3,2%) representam minorias percentuais. Essa composição sugere uma concentração racial ainda desigual, o que reforça a importância das políticas afirmativas e de ingresso por cotas. De acordo com Oliveira (2021), essa composição insinua uma centralização racial ainda desigual, isso reforça a importância da implementação de políticas afirmativas e de ingresso por cotas que visam diminuir a desigualdade de acesso no ambiente universitário.

O período de estudo mais comum é o noturno (79,3%), o que indica que grande parte dos estudantes concilia o curso com atividades laborais durante o dia. Essa hipótese é corroborada pela origem escolar: 83,9% dos alunos vêm de instituições públicas, enquanto apenas 16,1% cursaram o ensino médio em escolas privadas — evidenciando o papel social das universidades públicas na inclusão educacional.

No aspecto socioeconômico, 80,6% dos participantes afirmaram que a condição financeira não foi determinante para a evasão, enquanto 16,1% reconheceram relação entre dificuldades econômicas e a desistência. Apenas 3,2% relataram receber algum tipo de bolsa permanência, percentual que se mostra reduzido diante da alta taxa de estudantes de baixa renda. As principais dificuldades relatadas para conciliar estudos e outras responsabilidades envolvem o trabalho em tempo integral ou parcial (53,3%), seguido por responsabilidades familiares (26,7%) e atividades extracurriculares (23,3%). Também foram mencionadas dificuldades relacionadas a transporte (3,3%), problemas de saúde ou estresse (3,3%) e mudança de curso (3,3%). Esses dados evidenciam que fatores externos ao ambiente acadêmico exercem forte influência sobre a permanência estudantil, especialmente o acúmulo de funções profissionais e domésticas.

Entre as melhorias sugeridas, destaca-se a demanda por suporte financeiro (43,3%), acompanhada pela necessidade de orientação acadêmica e psicológica (33,3%), além de maiores oportunidades de estágio (23,3%). Também foram mencionadas questões relacionadas à qualidade do ensino (3,3%), melhor convivência com professores e colegas (10%) e aspectos estruturais, como espaços de convivência, transporte e moradia estudantil (3,3%). As respostas indicam que, embora as dificuldades econômicas não sejam sempre citadas como fator direto de evasão, elas se entrelaçam a questões institucionais e emocionais que afetam a permanência.

Em relação à evasão por turma, observa-se um comportamento variável ao longo dos anos. Em 2020, a taxa de evasão foi de 53,19%, aumentando consideravelmente em 2021 (72,62%), período ainda marcado pelos efeitos da pandemia de COVID-19 e da adaptação ao ensino remoto. Nos anos seguintes, verifica-se uma redução gradual, com 60% em 2022 e 38,63% em 2023, indicando um processo de estabilização e possível melhoria nas condições de permanência. Essa tendência sugere que, à medida que as atividades acadêmicas retornaram à normalidade, os índices de desistência diminuíram, possivelmente devido à recomposição da rotina dos estudantes e à retomada do contato presencial.

Ao se analisar o tipo de instituição de origem, percebe-se que a maioria dos alunos provém de escolas públicas, com percentuais crescentes ao longo dos anos: 63,83% (2020), 67,86% (2021), 93,33% (2022) e 88,24% (2023). Esses dados reforçam o caráter inclusivo das políticas de acesso e das cotas sociais, bem como o impacto positivo da democratização do ensino superior. Quando se observam apenas os alunos que evadiram, a predominância de egressos de escolas públicas permanece alta, com 76% (2020), 77,05% (2021), 92,59% (2022) e 84% (2023). Para Machado & Aragão (2023), isso revela que o grupo mais vulnerável socialmente continua mais suscetível à evasão, reforçando a necessidade de políticas de permanência que sejam mais efetivas voltadas para o grupo mais afetado.

No que diz respeito à forma de ingresso, verifica-se grande diversidade entre as turmas. Em 2020, as maiores proporções de evasão ocorreram entre os ingressantes da ampla concorrência pública (20%) e privada (24%), seguidos pelas cotas L2 (20%) e L3 (12%). Em 2021, manteve-se o predomínio de evadidos oriundos da ampla concorrência pública (22,95%), mas com presença significativa de L1 (19,67%), L2 (14,25%) e L3 (11,48%). Já em 2022, houve aumento expressivo entre os alunos da ampla concorrência pública (29,63%) e privada (25,93%), enquanto as cotas apresentaram menores taxas, com destaque para L2 (11,11%). Em 2023, o quadro se altera de forma mais positiva: a evasão concentra-se em L1 (8,82%), L2 (2,94%) e L5 (5,88%), enquanto a ampla concorrência pública corresponde a 67,65% e a privada a 11,76%. Essa distribuição sugere que os alunos cotistas, após políticas de inclusão mais

consolidadas, passaram a apresentar maior permanência, ao passo que estudantes da ampla concorrência seguem representando grande parte das desistências.

Em síntese, os resultados apontam que a evasão é um fenômeno multifatorial, que envolve dimensões econômicas, sociais e institucionais. A predominância de estudantes que vieram de escolas públicas, a necessidade de conciliar trabalho e estudo, e a insuficiência de programas de apoio e acolhimento configuram um cenário de vulnerabilidade que impacta diretamente a permanência acadêmica. Contudo, a redução das taxas de evasão nos anos mais recentes e o aumento da representatividade de políticas afirmativas indicam avanços relevantes. Tais achados reforçam a importância de fortalecer ações de assistência estudantil, acompanhamento pedagógico e programas de apoio psicológico, garantindo não apenas o acesso, mas também a continuidade e o sucesso dos estudantes no ensino superior.

CONCLUSÕES

Os resultados obtidos até o momento nos mostraram que a permanência de estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas independe apenas do acesso garantido pelas políticas públicas, mas tem participação de suas próprias condições estruturais, pedagógicas e socioeconômicas que podem influenciar diretamente sua trajetória acadêmica. A análise dos dados de matrícula, perfil socioeconômico e tipos de evasão apontam que as atuais dificuldades enfrentadas pelos discentes pretos e pardos vão além do ingresso facilitado, revelando desafios vinculados ao suporte financeiro, ao acolhimento institucional e às barreiras simbólicas ainda presentes no ambiente universitário.

Um ponto importante a ser levado em consideração para este levantamento é que ações afirmativas que não são “facilitadores” do Estado, longe disso. São uma forma de reparação histórica com povos marginalizados.

Quando pessoas de origens diferentes se encontram seja na universidade, na política, no trabalho ou na produção cultural, a visão das necessidades gerais de uma população pode ser analisada e toda a dinâmica social acaba se ajustando mais facilmente, vem daí a necessidade de fortalecer a diversidade nas instituições e garantir a representação das diferentes perspectivas tornando mais visíveis desigualdades antes ocultas.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

M.A.O.B. e L.F.S. contribuíram com a curadoria de dados, análise e visualização dos resultados.

M.A.O.B., L.F.S. e M.S.C. atuaram na metodologia, elaboração do questionário e coleta de informações.

M.A.O.B. e L.F.S. foram responsáveis pela redação inicial do manuscrito.

M.S.C. supervisionou todas as etapas da pesquisa, realizou a validação dos dados, revisão crítica e orientação técnica do trabalho.

Todos os autores contribuíram com a revisão final e aprovaram a versão submetida.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. K. A. **Permanência de estudantes pobres nas universidades públicas brasileiras: uma análise psicossocial**. Revista Psicologia & Sociedade, v. 32, n. 1, 2020.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MACHADO, I.; ARAGÃO, J. **Políticas de permanência estudantil no ensino superior: como atuam as universidades estaduais de São Paulo**. Revista de Administração Pública, 2023

OLIVEIRA, R. S. **Política de acesso e permanência na educação superior no Brasil**. Atena Editora, 2021.

SAMPAIO, B. et al. **Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências da UFPE**. Economia Aplicada, v. 15, n. 2, p. 287–309, maio 2011.

SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (org.). **História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual**. Campinas: Autores Associados, 1998.

SOUZA E SILVA, Jailson de. **“Por que uns e não outros?”: caminhada de jovens pobres para a universidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos e desafios**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, 2006.